

14º Relatório Trimestral da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça Abril a junho de 2013

INTRODUÇÃO

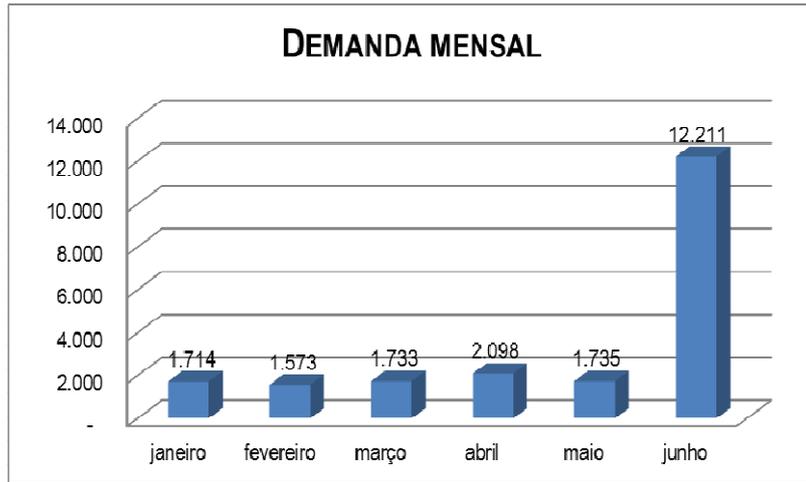
A Resolução 103, de 24 de fevereiro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução 103/2010. No período compreendido neste relatório, exerceu a função de Ouvidor o Conselheiro WELLINGTON CABRAL SARAIVA. Na 174ª sessão plenária, de 10 de setembro de 2013, foi eleito o novo Conselheiro Ouvidor, GILBERTO VALENTE MARTINS.

Este relatório é apresentado ao Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da resolução e contém dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de abril a junho de 2013.

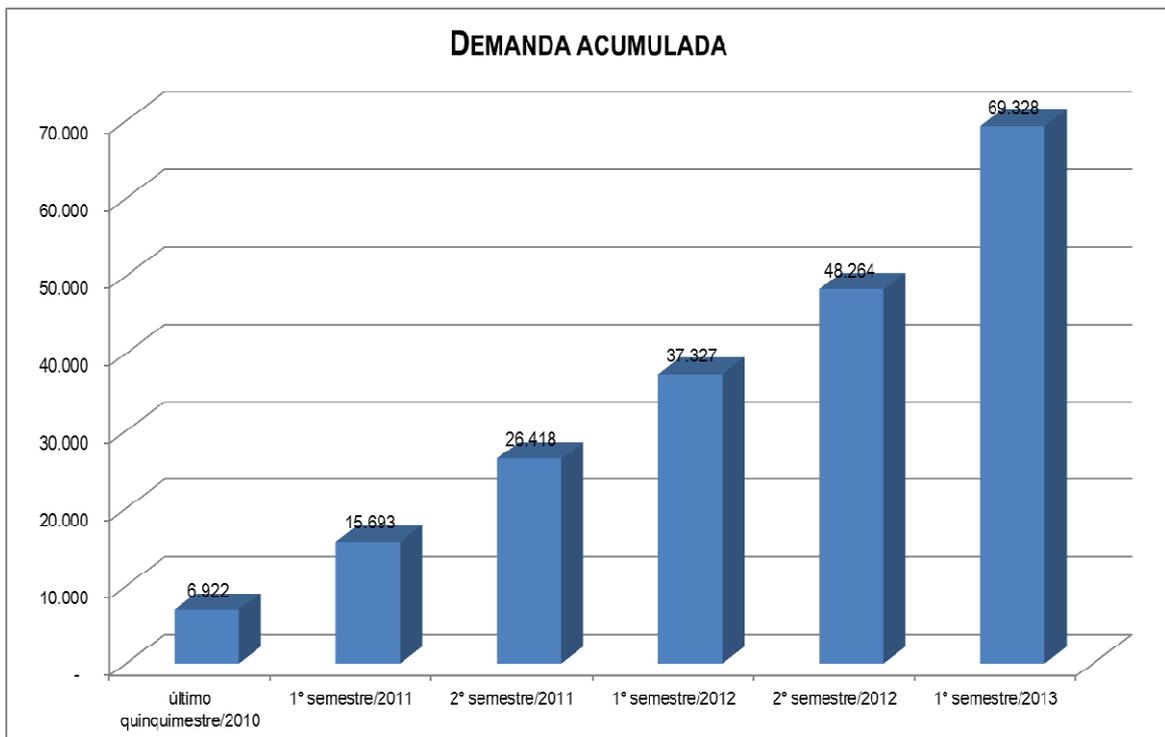
1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No segundo trimestre de 2013, a Ouvidoria recebeu 16.044 demandas, não computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior, o que totalizou 554 manifestações.



A média mensal no trimestre foi de 5.348,00, dado que representa aumento de 219,6% quando comparado à média do primeiro trimestre de 2013, que foi de 1.673,33. O aumento ocorreu em virtude do expressivo número de demandas recebidas no final do mês de junho - sobre o processo judicial da sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda. - Telexfree (vide item 2.2), e que permaneceu alta em parte do mês de julho, período não compreendido neste relatório. Do total de demandas recebidas no primeiro semestre, que foi de 21.064, mais da metade foram recebidas no mês de junho (12.211 = 57,97%).

A demanda acumulada da Ouvidoria semestralmente está representada a seguir. Figuram no gráfico apenas os registros a partir de agosto de 2010, tendo em vista que até o relatório de julho de 2010, eram consideradas manifestações duplicadas, as quais passaram a ser subtraídas a partir de agosto daquele ano.



O gráfico adiante permite observar a evolução trimestral das demandas recebidas, compreendendo o período entre o último trimestre de 2010 e o segundo trimestre de 2013. Na série entre o 4º trim/2010 e o 1º trim/2013, a demanda apresentou crescimentos suaves, com quedas no 2º trim/2012 e no 1º trim/2013. O segundo trimestre de 2013 apresentou acentuado crescimento, de 219,6%; o tema que ocasionou essa elevação será detalhado no item 2.2.



A forma de comunicação mais comum com a Ouvidoria é a virtual, com 15.942 (99,36%) manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento na internet, e 75 (0,47%) por correio eletrônico. As demais manifestações foram recebidas por ligação telefônica (14 = 0,09%), por correspondência (8 = 0,05%) e atendimento presencial (5 = 0,03%). Esses números espelham apenas os atendimentos telefônicos e presenciais cadastrados no sistema da Ouvidoria, pois não foram resolvidos durante o atendimento e demandaram registro para providências posteriores.

Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte é de reclamações (14.565 = 90,73%), de pedidos de informações (678 = 4,22%) e solicitações (405 = 2,52%), conforme o gráfico abaixo. Indicam-se também os pedidos de acesso à informação previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que totalizaram 84 registros (0,52%).



Foram registradas no sistema eletrônico da Ouvidoria sete notícias anônimas no período, das quais quatro foram recebidas por meio do formulário eletrônico da Ouvidoria, duas por telefone e uma por correio eletrônico.

Devido à limitação da Resolução 103/2010, nada pôde ser feito com base nessas notícias. Urge que o CNJ a altere, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para admitir que se faça ao menos análise preliminar da viabilidade e do potencial de consistência dessas notícias.

O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por profissionais liberais e autônomos (16,23%), empregados de empresas privadas (14,45%) e servidores públicos (11,89%) no período.

OCUPAÇÃO	TOTAL	%
Profissional liberal ou autônomo	2.604	16,23%
Empregado de empresa privada	2.318	14,45%
Servidor público	1.907	11,89%
Estudante	1.538	9,59%
Desempregado	1.446	9,01%
Advogado	1.212	7,55%
Empresário	1.166	7,27%
Aposentado	776	4,84%
Empregado público	628	3,91%
Militar	387	2,41%
Pensionista	123	0,77%
Jornalista	57	0,36%
Presidiário	29	0,18%
Magistrado	24	0,15%
Perito	22	0,14%
Defensor público	13	0,08%
Procurador/advogado público	13	0,08%
Membro do Ministério Público	9	0,06%
Delegado de polícia	7	0,04%
Não informado	1.765	11,00%
Total Geral	16.044	100,00%

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo (3.570 = 22,25%), Rio de Janeiro (1.510 = 9,41%), Bahia (1.383 = 8,62%) e Minas Gerais (1.216 = 7,58%).



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O próximo quadro apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria classificadas segundo tipos e temas. O tema “*processo sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda. (Telexfree)*” obteve um total de 10.411 registros (64,85% do total) e ultrapassou o tema “*morosidade processual*”, que tem figurado como mais demandado em todos os relatórios elaborados por esta Ouvidoria desde sua primeira publicação, em jul/2009. As manifestações sobre a TelexFree serão detalhadas no item 2.2.

Não obstante, em análise ao conjunto de demandas do período, desconsiderando as manifestações sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda (Telexfree), o tema *morosidade processual* representa 38,22% dos registros. O assunto será detalhado no item 2.4 deste relatório.

O terceiro tema mais recorrente, com 277 registros, tratou de “*decisões judiciais*”, assunto em que a Ouvidoria orienta o interessado a procurar um advogado ou a Defensoria Pública, para auxiliá-lo na adoção de medidas processuais próprias.

Em seguida, figuram as manifestações sobre “*andamento de processos no Conselho Nacional de Justiça (sem sigilo)*”, com 232 registros, quantidade alta quando observamos que foram recebidas 26 manifestações sobre processos em trâmite na Corregedoria Nacional de Justiça e 23 manifestações de processos em curso no CNJ com sigilo.

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, foram recebidos 84 pedidos, assunto detalhado no item 2.3.

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/2011)	ELOGIO	TOTAIS
Processo sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda. (Telexfree)	10.410		1					10.411
Morosidade processual no Poder Judiciário	2.098	11	38	8		2		2.157
Decisão judicial	259	3	5	9			1	277
Andamento/situação processual no CNJ (sem sigilo)	130	27	70			5		232
Demanda fora da competência do CNJ	130	19	22	30	10			211
Matéria de cunho jurisdicional	159	15	25	8	1	1		209
Atuação de magistrado	143	5		22			11	181
Administração de tribunal	141	5	17	13	1	2	1	180
Demanda insuficiente para classificação	66	44	27	3	1	3		144
Como peticionar ao CNJ	90	25	11	9			1	136
Consulta jurídica	32	73	20	3		1		129
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	108	4		8			2	122

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/2011)	ELOGIO	TOTAIS
Serventia extrajudicial	62	30	5	8		4		109
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	81	5	1	11		2		100
Concurso público para servidor do CNJ	65	25	7			1		98
Melhorias para o Poder Judiciário	12		3		67			82
Andamento/situação de processo judicial	28	38	5			7		78
Atuação do Supremo Tribunal Federal	47	5	6	1				59
Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário	40	7	3		2	1		53
Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário	48			3			2	53
Cumprimento de decisão judicial	43	2	6					51
Projetos/programas do CNJ	5	26	14	1	2	1		49
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	35	4	4	2		4		49
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	32	4	5	6				47
Consulta de mérito	9	32	4			1		46
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	27	8	2			3		40
Decisão do CNJ	22	5	5	1			1	34
Casamento civil entre pessoas de mesmo sexo (Res. 175/2013)	24	7				1	1	33
Cadastro Nacional de Adoção - CNA (Res. 54/2008 e Res. 93/2009)	6	14	5			4		29
Atividade jurídica (Res. 75/2009)	1	19	1		6			27
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	4	14	6			2		26
Atuação do CNJ	3	2	5	2		1	13	26
Acesso a sistemas do CNJ	9	9	7					25
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	23		1	1				25
Informações gerais sobre o CNJ	1	17	3			4		25
Atos administrativos do CNJ	2	11	4		3	4		24
Pesquisa		8	7		2	7		24
Andamento/situação processual no CNJ (com sigilo)	14	6	2	1				23
Movimento pela conciliação/Projeto conciliar é legal		16	3					19
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	5	10	1				3	19
Cumprimento de decisão do CNJ	12	1		3				16

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/2011)	ELOGIO	TOTAIS
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo	1	14	1					16
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	13	1	1					15
Nepotismo nos demais Poderes	7	5		3				15
Processo Judicial Eletrônico (PJe)	13	2						15
Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	4	2	3		4	1		14
Morosidade processual no CNJ	10		1					11
Outros concursos públicos	10			1				11
Atuação do Ministro Presidente do CNJ	3						7	10
Curso promovido pelo CNJ	2	4	3		1			10
Inspeções no Poder Judiciário	2	1	7					10
Processo eletrônico do CNJ (E-CNJ)	8	1	1					10
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	2	3	3				1	9
Atuação de Corregedoria de Tribunal	8	1						9
Nepotismo no Poder Judiciário	4	3		2				9
Autor. de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)	1	6	1					8
Cumprimento da Lei de Acesso à Informação		2	1			5		8
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	5	3						8
Atuação de Ouvidoria de Tribunal	5	1					1	7
Competência do CNJ		7						7
Projeto Começar de Novo	1	4	2					7
Projudi	3	2				2		7
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa - CNIA (Res. 44/2007, Res. 50/2008 e Res. 172/2013)	1	3	1			1		6
Transparência Poder Judiciário	2	4						6
Concurso de remoção	2	2	1					5
Evento promovido pelo CNJ		2	1		2			5
Imprensa do CNJ	1	2	2					5
Justiça Aberta	1	3	1					5
Justiça em Números/estatísticas		3	1			1		5
Renajud	2	2	1					5
Atos administrativos de tribunal	3	1						4
Jurisprudência do CNJ-Infojuris		4						4

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/2011)	ELOGIO	TOTAIS
Lei de Acesso à Informação						4		4
Sigilo/anonimato		2		2				4
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ	1			3				4
Bacenjud (Res. 61/2008)		3						3
Morosidade no cumprimento de decisão judicial	3							3
Portal do CNJ		1	2					3
Regulamentação do CNJ sobre a Lei de Acesso à Informação-divulgação das remunerações (Res. 151/2012)	1	1				1		3
Remuneração percebida por magistrado ou servidor do Poder Judiciário	2	1						3
Tentativa de golpe utilizando nome de órgão do Poder Judiciário	1	1		1				3
Assistência judiciária			2					2
Convênio/acordo/termo de cooperação técnica			1			1		2
Gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	1					1		2
Modelos únicos de certidões	1				1			2
Pagamento e Gestão de Precatórios (Res. 115/2010 e Res. 123/2010)	2							2
Reabilitação e certidão de antecedentes criminais		1	1					2
Tabelas processuais unificadas (Res. 46/2007)		1			1			2
Advocacia voluntária (Res. 62/2009)		1						1
Banco de Dados de Mandados de Prisão - BNMP (Res. 137/2011)		1						1
Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes - CEDIN (Res. 115/2010)		1						1
Declara a vacância dos serviços notariais e de registro (Res. 80/2009)	1							1
Estágio no CNJ		1						1
Implementação da Lei de Acesso à Informação			1					1
Inscrição de pretendente no CNA			1					1
Mutirão carcerário		1						1
Transparência CNJ	1							1
Outros assuntos	11	18	14	1	3	6	4	57
Total Geral	14.565	678	405	166	107	84	49	16.054

2.1 DADOS DOS PROCESSOS

Dos relatos recebidos no trimestre, 6.590 (41,07%) continham os dados do processo a que se referiam, como número, unidade judiciária, instância, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo segue a discriminação segundo o ramo ou tribunal de onde se originaram:

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	5.066	76,87%
Conselho Nacional de Justiça	483	7,33%
Justiça Federal	405	6,15%
Justiça do Trabalho	265	4,02%
Supremo Tribunal Federal	149	2,26%
Superior Tribunal de Justiça	138	2,09%
Justiça Eleitoral	39	0,59%
Tribunal Superior do Trabalho	25	0,38%
Tribunal Superior Eleitoral	14	0,21%
Justiça Militar Estadual	2	0,03%
Não informado	4	0,06%
Total geral	6.590	100,00%

A tabela abaixo agrupa os dados dos processos objeto de manifestação, conforme tratem de feitos julgados ou em fase de execução. A maior demanda é sobre processos ainda não julgados, com 71,11% das manifestações, e a maioria dos processos não estava na fase executória, com 78,8%.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO		EM EXECUÇÃO		TOTAIS
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Justiça Estadual	1.388	3.678	1.050	4.016	5.066
Conselho Nacional de Justiça	0	483	0	483	483
Justiça Federal	174	231	96	309	405
Justiça do Trabalho	203	62	150	115	265
Supremo Tribunal Federal	50	99	44	105	149
Superior Tribunal de Justiça	52	86	39	99	138
Justiça Eleitoral	16	23	6	33	39
Tribunal Superior do Trabalho	11	14	6	19	25
Tribunal Superior Eleitoral	8	6	5	9	14
Justiça Militar Estadual	2	0	1	1	2
Não informado	0	4	0	4	4
Total geral	1.904	4.686	1.397	5.193	6.590
	28,89%	71,11%	21,20%	78,80%	100,00%

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 3.370 (51,14%), tratava do processo judicial sobre a TelexFree, em tramitação na Justiça Estadual do Acre. A segunda maior demanda referiu-se à morosidade processual, com 1.991 (30,21%). Os temas serão tratados individualmente nos tópicos 2.2 e 2.4 deste relatório.

2.2 PROCESSO SOBRE A SOCIEDADE EMPRESÁRIA YMPACTUS COMERCIAL LTDA (TELEXFREE)

Nos últimos três dias do mês de junho, a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça recebeu um pico de manifestações pertinentes ao processo 0001475-36.2013.8.01.0000 (nº. de origem 0005669-76.2013.8.01.0001), em tramitação na Justiça Estadual do Acre, a respeito da suspensão das atividades da sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda (TelexFree) e/ou do ritmo de tramitação dos autos, com 10.411 registros, de um total de 10.552 relatos recebidos, sendo que em situação normal, receberia aproximadamente 180 registros. A alta manteve-se nos primeiros dias de julho, período não tratado neste relatório.

A Ouvidoria orientou os manifestantes sobre o âmbito de atuação do Conselho Nacional de Justiça, de forma que falece o Órgão de competência para analisar e modificar a decisão judicial. Esclareceu ainda que não é cabível processo disciplinar contra magistrado motivado na discordância da decisão proferida.

A tramitação do processo foi analisada pelo Conselheiro Ouvidor, o qual não vislumbrou a ocorrência de demora injustificada que motivasse providências pelo Conselho.

2.3 PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Recebemos no segundo trimestre um total de 84 pedidos fundamentados na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

A maior parte dos pedidos solicitava dados e estatísticas de pesquisas realizadas pelo CNJ, informações sobre o andamento de processos judiciais, informações sobre o andamento de processos no Conselho e ainda sobre o cumprimento da LAI.

Além dos 84 pedidos de acesso à informação, receberam-se outras 6 manifestações que tratavam de assuntos relacionados à LAI, como sobre a Resolução 151, de 5 de julho de 2012, que regulamentou a publicação da remuneração dos membros, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, ou sobre a remuneração percebida, após a divulgação dos valores com identificação nominal do beneficiário.

Os pedidos de acesso à informação tratavam sobre o uso de veículos oficiais deste Conselho, passagens, diárias e auxílios pagos, gastos com ligações telefônicas, entre outros.

2.4 MOROSIDADE PROCESSUAL

A segunda maior demanda foi de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário e representou 13,44% (2.157) dos registros recebidos entre abril e junho de 2013. Desconsiderando as manifestações referentes ao

processo da TelexFree, representam 38,22% dos registros, o que segue a média dos relatórios anteriores. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 97,26% (2.098) são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 8,58% são de pessoas com deficiência ou doença grave e 15,81% de maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero, 67,13% são de pessoas do sexo masculino, como mostram os quadros a seguir.

	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA OU DOENÇA GRAVE		IDOSO		SEXO		
	TOTAIS	%	TOTAIS	%	TOTAIS	%	
Não	1.972	91,42%	1.816	84,19%	Masculino	1.448	67,13%
Sim	185	8,58%	341	15,81%	Feminino	709	32,87%
Total geral	2.157	100,00%	2.157	100,00%	Total geral	2.157	100,00%

Relativamente à origem por Estado, Rio de Janeiro tem o maior percentual de demandas referentes à morosidade processual, com 29,6% do total ali originado, seguida do Piauí, com 27,34% e do Amazonas, com 26,5%.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
RJ	447	1.510	29,60%
PI	38	139	27,34%
AM	31	117	26,50%
TO	16	71	22,54%
RR	4	20	20,00%
CE	71	356	19,94%
MA	36	182	19,78%
GO	76	413	18,40%
BA	249	1.384	17,99%
PA	42	240	17,50%
PB	69	407	16,95%
AL	28	173	16,18%
MG	190	1.216	15,63%
DF	69	444	15,54%
MS	36	251	14,34%
RO	19	149	12,75%
SP	381	3.572	10,67%
PE	71	756	9,39%
RS	76	825	9,21%
PR	61	910	6,70%
AP	2	30	6,67%
RN	34	532	6,39%
ES	42	671	6,26%
MT	31	573	5,41%
SE	7	197	3,55%

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
SC	28	808	3,47%
AC	2	71	2,82%
NI	1	37	2,70%
Total Geral	2.157	16.054	13,44%

NI: não informado

No quadro que se segue, detalha-se a classe dos demandantes. O maior percentual de demandas sobre morosidade processual originou-se dos advogados, com 47,36%, seguido dos membros do Ministério Público, com 40%, e dos cidadãos aposentados, 36,73%.

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
Advogado	575	1.214	47,36%
Membro do Ministério Público	4	10	40,00%
Aposentado	285	776	36,73%
Pensionista	38	123	30,89%
Procurador/advogado público	4	13	30,77%
Delegado de polícia	2	7	28,57%
Perito	4	22	18,18%
Servidor público	306	1.909	16,03%
Empregado público	84	628	13,38%
Desempregado	153	1.446	10,58%
Militar	38	387	9,82%
Magistrado	2	24	8,33%
Empregado de empresa privada	187	2.318	8,07%
Estudante	113	1.539	7,34%
Defensor público	1	14	7,14%
Jornalista	4	60	6,67%
Profissional liberal ou autônomo	137	2.605	5,26%
Empresário	57	1.166	4,89%
Presidiário	1	29	3,45%
Não informado	162	1.764	9,18%
Total Geral	2.157	16.054	13,44%

Das 6.590 manifestações recebidas com dados do processo, 1.991 foram classificadas com o tema *morosidade processual*.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual, 1.412 (71,68%), seguindo-se a Federal, com 265 (13,45%), e a Justiça do Trabalho, com 153 (7,77%). O padrão mostrou-se semelhante em comparação com janeiro a março de 2013, em que 67,86% (1.193) dos processos encontravam-se na Justiça Estadual, 17,41% (306) na Justiça Federal e 8,13% (143) na Justiça Trabalhista.

Quando observamos as 1ª e 2ª instâncias em que tais processos se encontram, vê-se que, na Justiça Estadual, 70,04% (ou 989) encontram-se no 1º grau; na Justiça trabalhista, 50,98% (ou 78) está no 1º grau; e na Justiça eleitoral, 64,71% (ou 11) encontravam-se no 1º grau. Apenas na Justiça Federal, pudemos observar que o maior percentual era de processos em 2º grau, com 63,02% (ou 167).

Localização	1ª instância	2ª instância	Totais	%
Justiça Estadual	989	423	1.412	71,68%
Justiça Federal	98	167	265	13,45%
Justiça do Trabalho	78	75	153	7,77%
Superior Tribunal de Justiça	-	-	59	2,99%
Tribunal Superior do Trabalho	-	-	23	1,17%
Justiça Eleitoral	11	6	17	0,86%
Tribunal Superior Eleitoral	-	-	4	0,20%
Conselho Nacional de Justiça	-	-	36	1,83%
Não informado	-	-	1	0,05%
Total geral	1.176	671	1.970	100,00%

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Procedimento do juizado especial cível	194	50			1					245
Ação trabalhista - rito ordinário			92	1		6				99
Apelação / reexame necessário	34	55								89
Ação civil coletiva	55	10	1							66
Cumprimento de sentença	58	6								64
Procedimento sumário	48	9								57
Execução Contra A Fazenda Pública	44	8								52
Inventário	48									48
Ação penal - procedimento ordinário	42	4								46
Outras medidas provisionais	29	7								36
Ação de alimentos	33									33
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	28	5								33
Mandado de segurança coletivo	20	8								28
Dúvida	21	6								27
Reintegração / manutenção de posse	27									27
Ação civil de improbidade administrativa	22	4								26
Alimentos - Lei especial nº 5.478/68	21	3								24
Busca e apreensão em alienação fiduciária	24									24
Recurso inominado	10	13								23
Execução da pena	20			1						21
Procedimento de cumprimento de sentença/decisão	21									21
Pedido de providências				1	19					20
Consignação em pagamento	16		3							19
Alvará judicial	15	2								17
Ação popular	12	4								16
Divórcio litigioso	14									14

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Ação penal de competência do júri	13									13
Providência	13									13
Ação penal - procedimento sumário	12									12
Alimentos - provisionais	10	2								12
Tutela	12									12
Agravo de instrumento em recurso de revista			2			9				11
Exceção de coisa julgada	9	2								11
Ação trabalhista - rito sumaríssimo			10							10
Agravo de instrumento em recurso ordinário			3	5		2				10
Execução de multa	10									10
Desapropriação	8	1								9
Prestação de contas - exigidas	9									9
Execução fiscal	6	1	1							8
Execução provisória	8									8
Monitória	8									8
Recurso administrativo	3	3		2						8
Recursos trabalhistas			6			2				8
Usucapião	8									8
Agravo				6		1				7
Divórcio consensual	7									7
Embargos do acusado	7									7
Apelação cível				6						6
Despejo	6									6
Despejo por falta de pagamento	6									6
Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	6									6
Embargos à execução fiscal	5	1								6
Ação de investigação judicial eleitoral							5			5
Ação trabalhista - rito sumário (alçada)			5							5
Exceção de incompetência de juízo	5									5
Falência de empresários, sociedades empresariais, microempresas e empresas de pequeno porte	5									5
Guarda	5									5
Recurso em habeas corpus				5						5
Separação litigiosa	5									5
Ação de cumprimento			2	1	1					4
Agravo de instrumento em agravo de petição		1	3							4
Apelação				4						4
Demarcação / divisão	4									4
Habilitação	1	3								4
Imissão na posse	3	1								4
Reexame necessário / recurso ordinário			2	2						4
Retificação ou suprimento ou restauração de registro civil	3					1				4
Suspensão de liminar ou antecipação de	3	1								4

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
tutela										
Ação penal				3						3
Ação de impugnação de mandato eletivo							3			3
Ação penal - procedimento sumaríssimo	3									3
Agravo de petição		1	2							3
Alienação judicial de bens	3									3
Arrolamento comum	3									3
Assistência judiciária	1	2								3
Auto de prisão em flagrante	3									3
Averiguação de paternidade	3									3
Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	3									3
Declaratória de constitucionalidade	3									3
Dissolução e liquidação de sociedade	3									3
Liberdade provisória com ou sem fiança	2			1						3
Recurso eleitoral							3			3
Recurso em processo administrativo disciplinar em face de servidor	2	1								3
Representação por excesso de prazo					3					3
Embargos à execução				2						2
Recurso especial eleitoral							1	1		2
Adoção	2									2
Agravo de instrumento em recurso de mandado de segurança				2						2
Alvará judicial - Lei nº 6858/80	2									2
Apuração de irregularidades em entidades de atendimento	2									2
Arresto	2									2
Arrolamento de bens	2									2
Avarias	2									2
Cobrança de cédula de crédito industrial	2									2
Crimes de calúnia, injúria e difamação de competência do juiz singular	2									2
Cumprimento provisório de decisão	2									2
Cumprimento provisório de sentença	2									2
Declaração de ausência	2									2
Depósito	1	1								2
Embargos infringentes e de nulidade	2									2
Execução de certidão de crédito judicial			2							2
Execução hipotecária do sistema financeiro da habitação	1	1								2
Execução provisória em autos suplementares			2							2
Exibição	2									2
Impugnação ao cumprimento de sentença	1	1								2
Impugnação ao valor da causa	2									2
Interdito proibitório	2									2
Justificação	1		1							2

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Medidas protetivas - Estatuto do Idoso	2									2
Pedido de revisão do valor da causa			2							2
Pedido de uniformização de interpretação de lei federal		2								2
Processo eleitoral							2			2
Protesto	2									2
Reabilitação	1	1								2
Reclamação disciplinar		1				1				2
Recurso contra expedição de diploma							2			2
Recurso em sentido estrito	1	1								2
Recurso em sentido estrito/recurso <i>ex officio</i>	1	1								2
Recursos eleitorais								2		2
Regularização de registro civil	2									2
Relaxamento de prisão	2									2
Restituição de coisas apreendidas	2									2
Revisão de aluguel	2									2
Sobrepilha	2									2
Suspensão de execução de sentença	1	1								2
Abertura, registro e cumprimento de testamento	1									1
Adoção c/c destituição do poder familiar	1									1
Agravo de execução penal	1									1
Agravo de instrumento em recurso de <i>habeas corpus</i>				1						1
Agravo de instrumento em recurso ordinário para o STF				1						1
Alienação de bens do acusado	1									1
Arrolamento sumário	1									1
Conflito de atribuição				1						1
Correção parcial ou reclamação correicional	1									1
Crimes contra a propriedade imaterial	1									1
Discriminatória	1									1
Dissídio coletivo			1							1
Efeito suspensivo				1						1
Embargos						1				1
Embargos à arrematação				1						1
Embargos de divergência em recurso especial				1						1
Embargos infringentes na execução fiscal			1							1
Habilitação de crédito	1									1
Habilitação para casamento	1									1
Herança jacente	1									1
Homologação de transação extrajudicial			1							1
Impugnação de assistência judiciária	1									1
Impugnação ao valor da causa	1									1
Insanidade mental do acusado	1									1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Insolvência civil	1									1
Instrução de rescisória	1									1
Interdição	1									1
Investigação contra magistrado	1									1
Liquidação por artigos	1									1
Medidas de proteção à criança e adolescente	1									1
Pedido de prisão preventiva	1									1
Procedimento de controle administrativo					1					1
Procedimento especial da Lei Antitóxicos	1									1
Processo de apuração de ato infracional	1									1
Reclamação/revisão disciplinar					1					1
Recuperação judicial	1									1
Recurso de revista						1				1
Recurso em mandado de segurança								1		1
Registro Torrens	1									1
Regulamentação de visitas	1									1
Renovatória de locação	1									1
Restituição de coisa ou dinheiro na falência do devedor empresário	1									1
Sentença estrangeira				1						1
Separação consensual	1									1
Termo circunstanciado	1									1
Tutela c/c destituição do poder familiar	1									1
Tutela e curatela - nomeação	1									1
Não informado	243	41	11	10	9		1		1	316
Total Geral	1.412	265	153	59	36	23	17	4	1	1.970

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

As reclamações concernentes a processos não julgados representaram 58,93% dos registros, e os em fase de execução, 27,51%. No primeiro trimestre do ano, a maior parte não havia sido julgada (59,84%), e quanto à execução (71,22%), não haviam atingido tal fase.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO		EM EXECUÇÃO		TOTAIS
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Justiça Estadual	562	850	394	1.018	1.412
Justiça Federal	103	162	44	221	265
Justiça do Trabalho	115	38	85	68	153
Superior Tribunal de Justiça	15	44	12	47	59
Tribunal Superior do Trabalho	10	13	6	17	23
Justiça Eleitoral	3	14	1	16	17
Tribunal Superior Eleitoral	1	3		4	4

LOCALIZAÇÃO	JULGADO		EM EXECUÇÃO		TOTAIS
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Conselho Nacional de Justiça		36		36	36
Não informado		1		1	1
Total geral	809	1.161	542	1.428	1.970
	41,07%	58,93%	27,51%	72,49%	100,00%

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

2.5 UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CNJ

A Ouvidoria continua a receber notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. No segundo trimestre de 2013, foram recebidas 4 manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico. O procedimento recorrente consiste em o golpista usar o nome do CNJ e solicitar vantagem indevida à possível vítima mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Os registros recebidos têm sido encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça e juntados ao processo 0000283-67.2011.2.00.0000, ali em curso. Com base nessas manifestações, foi instaurado o inquérito policial 1.838/2010-4-SR/DPF/DF, no Departamento de Polícia Federal.

Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ e informando que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contato telefônico para cobrar valores referentes a ações em curso no Poder Judiciário.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

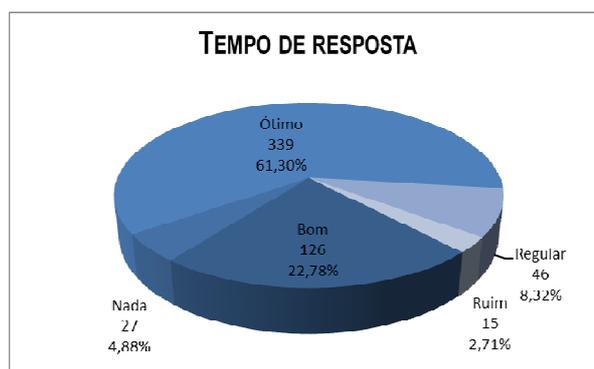
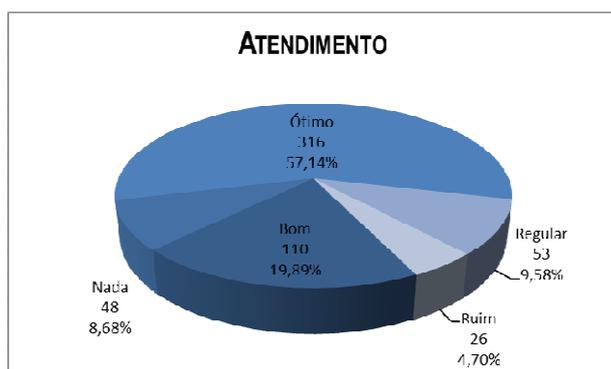
A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação, demonstrando a importância do auxílio das unidades para o adequado desfecho das solicitações iniciadas na Ouvidoria:

SETOR	CONCLUÍDO	EM ABERTO	TOTAIS
Corregedoria Nacional de Justiça	216	3	219
Dep. de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário e do Sist. de Exec. de Med. Socioeducativas (DMF)	118		118
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	66		66
Secretaria Processual	39		39
Seção de Protocolo e Digitalização	16	1	17
Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)	12		12
Secretaria de Comunicação Social	10		10
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	6		6
Seção de Registros Funcionais	6		6
Diretoria Geral	5		5
Departamento de Acompanhamento Orçamentário	3		3

SETOR	CONCLUÍDO	EM ABERTO	TOTAIS
Gabinete do Conselheiro José Lucio Munhoz	3		3
Gabinete do Conselheiro Ney José de Freitas	2	1	3
Seção de Benefícios	3		3
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD)	2		2
Departamento de Gestão Estratégica (DGE)	2		2
Gabinete do Conselheiro Wellington Cabral Saraiva	2		2
Seção de Cerimonial	2		2
Seção de Gestão de Contratos	2		2
Seção de Pagamento	2		2
Secretaria-Geral	2		2
Arquivo	1		1
Gabinete da Presidência		1	1
Gabinete do Conselheiro José Roberto Neves Amorim	1		1
Gabinete do Conselheiro José Guilherme Vasi Werner	1		1
Gabinete do Conselheiro Guilherme Calmon Nogueira da Gama	1		1
Gabinete da Conselheira Maria Cristina Irigoyen Peduzzi		1	1
Seção de Autuação e Distribuição	1		1
Seção de Legislação	1		1
Secretaria de Controle Interno	1		1
Total geral	526	7	533

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, tem-se oferecido aos cidadãos a opção, não obrigatória, de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir:



	CLAREZA		SATISFAÇÃO	
	TOTAIS	%	TOTAIS	%
Não	108	19,53%	287	51,90%
Sim	445	80,47%	266	48,10%
Total	553	100,00%	553	100,00%

Os dados demonstram considerável satisfação dos demandantes quanto ao atendimento, tempo para envio da resposta e clareza pelos serviços prestados pela Ouvidoria, porém baixa satisfação quanto ao desfecho da manifestação, o que indica que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o aprimoramento de seu trabalho.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2.º e 4.º, III, da Resolução 103/2010, do CNJ, houve, no período, 3.000 encaminhamentos às ouvidorias dos tribunais e a outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do art. 7.º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO (SEM ACOMPANHAMENTO)	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)	459	1	5	6	471
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)	317		89	6	412
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)	100	5	207	8	320
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	74		30	1	105
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3)	36		59	1	96
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correcional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - GECOR (TJMG)	91		1	3	95
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)	81		7		88
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)	53		28		81
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS)	69		10		79
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO)	63		12	1	76
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)	63		11	1	75
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	67		1	1	69
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1)	52		14	2	68
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)	28	3	35	2	68

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO (SEM ACOMPANHAMENTO)	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)	51		11	1	63
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2)	36		11	3	50
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)	46		2	1	49
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)	37		8		45
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)	25		18	2	45
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)	26		17		43
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST e CSJT)	8	3	31		42
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC)	36		3	1	40
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)	29		10		39
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS)	31		8		39
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT)	30		8		38
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN)	23		11		34
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)	19		14		33
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI)	24		6	1	31
Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)	26		5		31
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)	22		7		29
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL)	4		23		27
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5)	15		4		19
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6)	15			1	16
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15)	11		2	2	15
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ)	7		8		15
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)	10		4		14
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3)	11		3		14
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)	9		1		10
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (TJTO)	9				9

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO (SEM ACOMPANHAMENTO)	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11)	7		1		8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)	5		3		8
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	4		1	2	7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10)	3		3		6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19)	2		3		5
Conselho Superior da Justiça do Trabalho		1	3		4
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE)	4				4
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)			4		4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT17)	3		1		4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20)	4				4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7)	3		1		4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9)	3		1		4
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco (TRE-PE)	4				4
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	2		1		3
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP)	2			1	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (TRE-MG)	2		1		3
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP)	2		1		3
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Paraná (TRF4/SJPR)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (TRF4/SJRS)			3		3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16)	1		1		2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT18)		1	1		2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT21)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT22)	2				2

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO (SEM ACOMPANHAMENTO)	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia (TRE-BA)	2				2
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14)			1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina (TRE-SC)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão (TRE-MA)			1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará (TRE-PA)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária de Santa Catarina (TRF4/SJSC)	1				1
Serviço de Informações ao Cidadão do Conselho da Justiça Federal (CJF)				1	1
Total Geral	2.183	14	755	48	3.000

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das 3.000 manifestações encaminhadas, 2.183 (72,77%) obtiveram solução, enquanto que 755 (25,17%) permaneciam sem solução, e 14 (0,47%) estavam em acompanhamento. Houve sensível aumento na quantidade de relatos encaminhados em comparação com o primeiro trimestre, em que 1.640 manifestações foram encaminhadas.

Uma demanda foi encaminhada à Associação de Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro (ANOREG/RJ) e uma à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por tratarem de assuntos pertinentes a estes órgãos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do período tratado neste relatório seguem o padrão observado nos trimestres anteriores, com menção particular aos dados referentes às demandas da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011) e às demandas da *Ympactus Comercial Ltda* (TelexFree).

As demandas com base na Lei de Acesso à Informação vêm aumentando constantemente. No 1º trimestre de 2013, tivemos 39 demandas, no 2º trimestre o total foi de 64 manifestações com base na Lei de Acesso, neste trimestre o total foi de 84 relatos, um aumento de 31,25%, em comparação ao trimestre anterior.

Nos últimos dias do mês de junho de 2013, a Ouvidoria do Conselho recebeu um expressivo número de reclamações (10.411 demandas) acerca do andamento de um processo contra a empresa Ympactus Comercial Ltda, conhecida por TelexFree.

A juíza titular da 2º Vara Civil da Comarca de Rio Branco - AC, THAIS BORGES, julgou procedente a medida cautelar preparatória de ação civil pública, proposta pelo Ministério Público do Estado do Acre (MP/AC) contra a Telexfree, suspendendo as atividades da empresa, incluindo o pagamento aos colaboradores, o que gerou todas as reclamações recebidas por esta Ouvidoria.

Fornecemos resposta aos demandantes, elaborada pelo então Conselheiro Ouvidor, WELLINGTON CABRAL SARAIVA, informando que o Conselho Nacional de Justiça não intervém em decisões judiciais, que, portanto, era inútil reclamar ao CNJ sobre a decisão tomada pela magistrada.

Afora as manifestações da TelexFree, o assunto *morosidade processual no Poder Judiciário*, permaneceu, neste trimestre, como o tema de maior incidência dentre os relatos recebidos - 2.038 demandas, seguido de *decisão judicial* com 259 manifestações.

Outro destaque para o trimestre, foram os encaminhamentos efetuados às demais Ouvidorias Judiciárias, com 3.000 encaminhamentos, um aumento de 54,67% comparado com o período anterior.

A Ouvidoria do CNJ busca sempre aperfeiçoar suas atividades, para melhor atender o cidadão, sempre se colocando à disposição para receber sugestões, reclamações, elogios e pedidos de informação.

Brasília, 11 de setembro de 2013.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Conselheiro Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe do Gabinete

Flávia Somorovski Torres
Chefe de Seção

Atendentes:

Anderson Moreira da Silva
Edinéia Coimbra de Oliveira
Francisca Silva e Leal Filha
Hubner Alessandro Rocha
Inaldo do Nascimento
Mariana Feltrini Turibio

Apoio:

Eunice de Costa Oliveira
Rebeca Pereira de Oliveira
Yasmin Borba Mahmud